



CAPÍTULO 12

Necessidades educacionais especiais: um novo olhar no contexto escolar¹

Glaciene Januário Hottis Lyra²

Maria Emília Martins Baroni³

1 Artigo desenvolvido no âmbito das aulas de Teoria e prática da educação especial: ações inclusivas e ludicidade, na UEMG, unidade Carangola, em 2017.

2 Mestra em teologia, educação e religião pela UFRGS. Psicopedagoga clínica e hospitalar e psicanalista. Professora e coordenadora de extensão na UEMG, unidade Carangola, entre 2014 e 2017. E-mail: hottislyra@gmail.com.

3 Professora na UEMG, unidade Carangola, entre 2014 e 2016. Professora no Instituto Superior de Educação Nair Fortes Abu-Merhy. E-mail: maria.baroni@uemg.br.

Introdução

Sasaki (2005, p. 103) acredita que “o conceito de acessibilidade deve ser incorporado aos conteúdos programáticos ou curriculares de todos os cursos formais e não formais existentes no Brasil”. Para ele, “a acessibilidade não mais se restringe ao espaço físico, à dimensão arquitetônica”.

O autor divide o conceito de acessibilidade em seis dimensões – arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal – e mostra que todas elas são importantes. “Se faltar uma, compromete as outras” (SASSAKI, 2005, p. 25). Dessa forma, a acessibilidade surge como atributo imprescindível na sociedade, permitindo que todos possam desfrutar das mesmas oportunidades de educação, trabalho, habitação, lazer, cultura e novas tecnologias da informação e comunicação.

Na defesa da educação inclusiva, é importante enfatizar a construção de uma sociedade que estabeleça um compromisso com minorias, entre as quais se inserem os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. A inclusão vem “quebrar” barreiras cristalizadas em torno de grandes estigmatizados. E mesmo com ela, há muitos obstáculos na arquitetura a serem superados a fim de se oferecer acessibilidade para circulação das pessoas.

A Secretaria de Educação, com apoio técnico da Secretaria de Educação Especial, estabeleceu alguns requisitos, utilizando como referência a Norma Técnica Brasileira (NBR) 9050 da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) (BRASIL, 2004), que trata da acessibilidade em edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos.

Os requisitos estabelecidos deverão contemplar, no mínimo:

[...] para alunos com deficiência física: eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo, reserva de vagas em estacionamentos, nas proximidades das unidades de serviço de construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeiras de rodas, adaptação de portas e banheiros para permitir o acesso de cadeira de rodas; colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas (BRASIL, 1999, p. 25).

A educação inclusiva, segundo Sasaki (1997), é um processo no qual se amplia a participação de todas as pessoas com deficiência na educação. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que a diversidade de alunos seja realmente respeitada. Sendo assim, essas pessoas dependem de que seus direitos sejam analisados, compreendidos e praticados.

No Brasil, o Decreto nº. 3.956/2001 – que promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência – afirma que pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais. Além disso, define como discriminação, com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais. Esse documento teve importante repercussão na educação, pois exigiu uma reinterpretação da educação especial compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização (BRASIL, 2001).

Atualmente, as pessoas enfrentam diversas barreiras dentro do contexto social, que podem ser concretas ou abstratas. A acessibilidade está relacionada com os ambientes, os meios de transporte e os

utensílios para movimentação de todos, não apenas para pessoas com deficiência. E hoje entendemos que ela não é apenas arquitetônica, pois existem obstáculos de vários tipos também em outros contextos (SASSAKI, 2003).

Algumas dificuldades arquitetônicas são eliminadas com novas invenções, como a tecnologia que, sobretudo no campo das comunicações, permitiu aceder a instrumentos de trabalho e a fontes de informação impensáveis há pouco tempo. A facilidade, rapidez e supressão de barreiras geográficas tornam possível o acesso aos mais diversos canais potenciadores de conhecimento e também de convívio e de lazer. Inclusive, hoje em dia, as maiores barreiras não são as arquitetônicas, mas sim a falta de informação e os preconceitos.

Um novo olhar no contexto escolar

De acordo com Sasaki (2003, p. 100), o termo “necessidades educacionais especiais” foi adotado pela Resolução nº. 2 de 11 de setembro de 2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), com base no parecer CNE/CEB nº. 17/2001, homologado pelo Ministério da Educação (MEC) em 15 de agosto de 2001. Até essa data, a educação especial era tradicionalmente destinada apenas ao atendimento de alunos que apresentavam deficiências (mental/intelectual, visual, auditiva, física/motora e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como aqueles que apresentavam altas habilidades ou superdotação. Os artigos 5º e 6º dessa resolução determinam:

[...] consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

Necessidades educacionais especiais: um novo olhar no contexto escolar

I – Dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:

- a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;
- b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

II – Dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;

III – Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente os conceitos, os procedimentos e as atitudes.

Art. 6º Para identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:

I – A experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;

II – O setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;

III – A colaboração da família e a cooperação dos serviços de saúde, Assistência Social, Trabalho, justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário (BRASIL, 2001, p. 49).

Frente a essa nova realidade da escola, é necessário buscar subsídios que determinam as características daquilo que se entende por “necessidades educacionais especiais” no contexto escolar.

As dificuldades de aprendizagem na escola podem ser consideradas uma das causas que, possivelmente, conduzirão o aluno ao fracasso escolar.

Nesse contexto, um dos grandes desafios do professor é escolher informações verdadeiramente importantes, entre as tantas possibilidades, e compreendê-las de forma cada vez mais abrangente e profunda para torná-las parte do referencial. A expressão “necessidades educativas especiais” inclui alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, seja devido a problemas de maturidade, procedência de ambientes com privações socioculturais ou intervenções metodológicas inadequadas da própria escola. Ou seja, as necessidades educativas especiais equivalem a dificuldades de aprendizagem em sentido amplo (GONZÁLEZ, 2002, p. 113). E alunos que possuem essas necessidades podem também ser aqueles que apresentam limitações no processo de desenvolvimento, decorrentes de circunstâncias de ordem biológica, psicológica, social ou cultural. Por isso, exigem uma atenção mais específica e maiores recursos sociais e educacionais, para que possam desenvolver suas potencialidades.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), alunos com necessidades educacionais especiais seriam aquelas crianças ou pessoas que apresentam deficiências, condutas típicas, superdotação, vivem nas ruas, crianças trabalhadoras, imigrantes ou de população nômade, pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças pertencentes a outros grupos desfavorecidos ou marginalizados.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas,

étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 17-18).

Assim, elenca-se quem é e quais são as características desses estudantes. Neste estudo, especialmente, será feita referência à deficiência motora.

Deficiência motora e suas causas

A paralisia cerebral pode dar origem a diferentes situações clínicas que podem trazer muitas dificuldades para a pessoa. Trata-se de uma alteração do movimento e da postura que aparece no primeiro ano de vida, devido a uma lesão não progressiva do cérebro. Sabe-se que grande parte das lesões cerebrais no período pré-natal aparecem entre os cinco e os sete meses de vida intrauterina, no entanto, ainda não existe um conhecimento claro das suas causas. Parece ser evidente que certas infecções, como a rubéola, podem provocar ou favorecer o aparecimento de alterações circulatórias e de lesões vasculares (MARUJO, 1998).

Na visão de Marujo (1998), as lesões cerebrais perinatais (período que tem início quinze dias antes do parto e se prolonga quinze dias após o nascimento da criança) que podem dar origem a paralisias cerebrais são aquelas que resultam de falta de oxigênio no cérebro (anóxias) e de hemorragias cerebrais. Essas são apenas algumas das causas no período perinatal. As causas pós-natais mais frequentes de lesão cerebral são os traumatismos cranioencefálicos e infecções como as meningites bacterianas e tuberculosas, entre outras.

Ainda existem vários tipos de deficiências motoras de origem não cerebral, com causas também muito diferentes. Há as deficiências

motoras temporárias que, em geral, são causadas por traumatismos, especialmente os cranianos. São frequentes durante a infância e a adolescência. Na infância são, sobretudo, consequências de acidentes ocorridos nos períodos do recreio na escola e no trajeto casa-escola-casa. Na adolescência, têm como causas principais a prática de desportos violentos e a utilização de veículos de duas rodas (MUÑOZ; BLASCO; SUÁREZ, 1997). Segundo os autores, as sequelas são normalmente muito graves; apesar de o traumatismo não dar origem a qualquer paralisia, o indivíduo pode apresentar gestos e expressão verbais lentos e descoordenados. Ocorrem com frequência perdas de memória e alterações no comportamento.

Já as deficiências motoras definitivas, como as paralisias, podem resultar de lesões cerebrais ou da medula. As suas causas são variáveis e podem ser congênitas ou adquiridas, por exemplo, através de traumatismos (MUÑOZ; BLASCO; SUÁREZ, 1997). Para os autores, são vários os motivos que podemos encontrar na base da deficiência motora, destacando-se os seguintes: acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, erros médicos, problemas durante o parto, violência, desnutrição, entre outros.

Os vários tipos de deficiência motora, sua distinção e as medidas preventivas

As deficiências motoras podem ser: monoplegia (paralisia em um membro do corpo), hemiplegia (paralisia na metade do corpo), paraplegia (paralisia da cintura para baixo), tetraplegia (paralisia do pescoço para baixo) ou amputado (falta de um membro do corpo) (BOBATH, 1990).

Existem medidas preventivas para evitar a ocorrência dessas deficiências, como maior conscientização acerca da necessidade de acompanhamento médico pré-natal, melhor infraestrutura nos berçários para

atender recém-nascidos e assepsia do local, mais pessoas treinadas no resgate de vítimas de acidentes de trânsito, medidas de segurança no trânsito, no ambiente de trabalho e na prática de esportes e informações sobre os riscos da hipertensão e da diabetes.

Devemos promover o máximo de independência aos alunos com deficiência motora, dentro das capacidades e limitações de cada um, mas atendendo sempre às necessidades inerentes deles, pois cada caso é singular e deve-se encontrar sempre uma solução específica adequada.

Dentro da sala de aula, os alunos com deficiência motora deverão ocupar um lugar relativamente próximo do professor e aqueles que necessitam usar cadeira de rodas devem ter mesas adaptadas, mais altas do que as dos colegas. A incontinência é uma das dificuldades mais desagradáveis, por isso, o professor deverá estar a par do problema e explicar aos outros alunos a situação e ter atenção para que não surjam situações embaraçosas.

Fonseca (2002) afirma que não se deve negar a existência dessas características, pois ignorá-las significa não ver a pessoa como ela é e não se relacionar com o indivíduo “verdadeiro”, e sim com outro, inventado.

Além disso, recomenda-se também evitar conversar de pé com um aluno em cadeira de rodas, pois pode ser incômodo ficar com a cabeça levantada. Dessa forma, seria melhor sentar-se para que ele se possa sentir mais confortável. Outro cuidado recomendado é, ao ajudar alguém em cadeira de rodas em locais com muitas pessoas – por exemplo, corredores, bares, restaurantes, shoppings etc. –, avançar com prudência, para evitar incômodos.

Tratamento

Diversos recursos tecnológicos são criados para facilitar e dar conforto ao deficiente físico. De acordo com Archer (1998, p. 201), alguns recursos que facilitam a vida dos portadores de deficiência física são:

- Computadores (conectados à internet);
- Impressoras Braille;
- Sintetizadores de fala;
- Teclados ampliados e adaptados;
- Mouse adaptado ou modificado;
- Sinalizadores de tela;
- Dicionários de gestos e Libras;
- Telas sensíveis ao toque;
- Comutadores ou Switch (ou botões sensíveis ao toque);
- Apontadores de cabeça (capacetes com ponteiros para tela);
- Softwares de comunicações;
- LM Brain e Imago Ana Vox (programas de auxílio à comunicação de pessoas com deficiência motora grave, criados na UNICAMP e USP);
- Dosvox (programa desenvolvido na UFRJ para leitura e edição de textos).

Considerações finais

Existe hoje um mundo globalizado, com avanços tecnológicos que oferecem a possibilidade de crianças se desenvolverem através de recursos adaptados aos seus tipos de deficiências, melhorando a acessibilidade e eliminando barreiras de suas vidas. De posse desses

recursos, cabe ao professor opinar entre um ensino monótono ou um dinâmico, que vá além da mera transmissão de conhecimentos.

Cada ferramenta, de acordo com sua especificidade, traz benefícios ao ensino e a aprendizagem. É a criatividade do professor e a intencionalidade com que elas são utilizadas que levam o aluno a despertar para a aquisição do conhecimento. Sabe-se que todos são diferentes uns dos outros, cada pessoa tem características que são somente suas e que as diferenciam das demais. O mesmo acontece com o funcionamento mental, pois algumas pessoas aprendem melhor por via visual (lendo textos ou assistindo cenas), outras por via auditiva (ouvindo o professor ou lendo em voz alta). Há, ainda, quem compreenda melhor um fato ou um fenômeno se puder lidar com ele concretamente e outros que têm facilidade para compreender o fenômeno mesmo que abstratamente, ou seja, no nível da imaginação, da elaboração de ideias.

Nem todos seguem o mesmo raciocínio para resolver um problema, fato que fica evidente durante a fase escolar, na qual as diferenças entre os alunos se acentuam. Logo, é coerente colocar em prática métodos, técnicas e recursos de acordo com o nível de retenção da aprendizagem do aluno. E o professor, no seu dia a dia, vai acumulando experiências que lhe permitem conhecer estratégias pedagógicas adequadas para proporcionar as melhores respostas, seja no nível individual ou em grupo.

Referências

ARCHER, Ricardo. Batisti. **Natação adaptada**: metodologia de ensino dos estilos crawl e peito com fundamentação psicomotora para alunos Síndrome de Down. São Paulo: Ícone, 1998.

BRASIL. **Decreto nº. 3.956, de 8 de outubro de 2001** – Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 11 jul. 2020.

BRASIL. **Norma Brasileira ABNT NBR 9050** – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/institucional/grupos-de-trabalho/inclusao-pessoas-deficiencia/atuacao/legislacao/docs/norma-abnt-NBR-9050.pdf/view>. Acesso em: 2 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF.

BOBATH, Karen. **Uma base neurofisiológica para o tratamento da paralisia cerebral**. São Paulo: Manole, 1990.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994, Salamanca-Espanha.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. O Novo Conceito Constitucional de Pessoa Com Deficiência: um Ato de Coragem. In: FERRAZ, Carolina Valença *et al.* (orgs.). **Manual dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. São Paulo: Saraiva. 2002.

GONZÁLEZ, José Antônio Torres. **Educação e diversidade**: bases didáticas e Organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARUJO, V. L. M. B. Fonoaudiologia em paralisia cerebral. In: SOUZA, Ângela Maria Costa; FERRARETTO, Ivan. **Paralisia Cerebral Aspectos práticos**. São Paulo: Memnon, 1998.

MUÑOZ, J. L. G.; BLASCO, G. M. G.; SUÁREZ, M. J. R. Deficientes motores II: Paralisia Cerebral. *In*: BAUTISTA, Rafael. **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Dina livro, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Acessibilidade**: Uma chave para a inclusão social. 05 mai. 2005. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2004/junio/soc_003.htm. Acesso em: 2 jun. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Leitura complementar

BRANDÃO, C. R. **O que é a educação?** São Paulo: Brasiliense, 1984.

DAMASCENO, L. G. **Natação, psicomotricidade e desenvolvimento**. Campinas: Autores Associados, 1997.

GODINHO, M. *et al.* **Controlo motor e aprendizagem**: Fundamentos e aplicações. Lisboa: FMH edições, 1999.

SASSAKI, R. K. **Vida Independente**: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos. São Paulo: RNR, 2003.